UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

RODRIGO RABELO LOBREGAT

A ATUAÇÃO DO STF NO PROCESSO LEGISLATIVO: CRISE ENTRE PODERES OU
DIÁLOGO INSTITUCIONAL?

SÃO PAULO

2.019

RODRIGO RABELO LOBREGAT

A ATUAÇÃO DO STF NO PROCESSO LEGISLATIVO: CRISE ENTRE PODERES OU
DIÁLOGO INSTITUCIONAL?

Tese apresentada à banca de avaliação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências, fruto de pesquisa desenvolvida junto Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Orientador: Professor Associado Doutor José Levi Mello do Amaral Júnior

SÃO PAULO

2.019

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Lobregat, Rodrigo Rabelo

A ATUAÇÃO DO STF NO PROCESSO LEGISLATIVO: CRISE ENTRE PODERES OU DIÁLOGO INSTITUCIONAL? ; Rodrigo Rabelo Lobregat ; orientador José Levi Mello do Amaral Junior -- São Paulo, 2019.

v, 262 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Democracia. 2. Constitucionalismo. 3. Diálogo Institucional. 4. Supremo Tribunal Federal. 5. Congresso Nacional. I. Amaral Junior, José Levi Mello do, orient. II. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Rodrigo Rabelo Lobregat

A atuação do STF no processo legislativo: crise entre poderes ou diálogo institucional?

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito do Estado, sob orientação do Professor Associado Doutor José Levi Mello do Amaral Júnior.

Resultado em:

PROFESSOR: _____

RESULTADO: _____

PROFESSOR: _____

RESULTADO: _____

PROFESSOR: _____

RESULTADO: _____

PROFESSOR: _____

RESULTADO: _____

PROFESSOR: _____

RESULTADO: _____

À Chris,

destinatária de todo amor que houver nessa vida:

“You have been in every line I have ever read”

(E também em todas essas que eu escrevi).

AGRADECIMENTOS

De início, e como não poderia deixar de ser, ao meu orientador, Professor Associado Doutor José Levi Mello do Amaral Júnior, que me apoiou nas dificuldades que percorri na trilha de desenvolvimento da presente tese doutoral. Jamais poderei deixar de ser grato pela sua compreensão e ajuda.

Ao Professor Titular Fernando Dias Menezes de Almeida e Professor Doutor João Bosco Coelho Pasin, por todas as considerações realizadas no decorrer do meu exame de qualificação. Sem dúvida, a partir delas a tese saiu engrandecida.

Aos meus amigos, a quem agradeço na figura do Danilo Araújo Gomes. Durante toda a elaboração da tese, o suporte e (os puxões de orelha) de quem está por perto é imprescindível.

Aos companheiros de jornada neste processo de doutoramento, em especial à Renata Villela e Paulo Leonesi Maluf. Reputa-se a Hemingway a frase de que, mais importante do que a própria guerra, são os companheiros que compartilham a sua trincheira. Foi uma honra estar ao lado de vocês!

À minha família, que sempre me deu todas as condições afetivas e materiais para meu desenvolvimento intelectual e humano.

À Christina. *Last but not least*, pela companhia, amor e paciência no período de redação da tese.

“Democracy recognized that although people were not angels or gods or goddesses, they were at least good enough to prevent some humans from thinking they were”.

John Keene, *Life and Death of Democracy*.

RESUMO

LOBREGAT, Rodrigo Rabelo. *A atuação do STF no processo legislativo: crise entre poderes ou diálogo institucional?* 2.019. 262 fls. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2.019.

Democracia e Constitucionalismo são conceitos que, apesar de não estarem perfeitamente correlacionados, têm seu desenvolvimento histórico entrelaçado. Enquanto o primeiro guarda relação com o autogoverno, a partir de uma lógica de composição de conflitos sociais através da obtenção de maiorias parlamentares, o segundo se pauta pela ideia de restrição ao exercício do poder, pela qual a existência de múltiplos focos de soberania interna permite a imposição, a cada um dos poderes, de freios e contrapesos. Como guardião precípua deste pacto de fragmentação do poder político, o Supremo Tribunal Federal tem um *locus* de destaque no sistema jurídico-constitucional.

E, a partir desse espaço, o Pretório Excelso tem a função de garantir a ordem constitucional, o que importa, no mais das vezes, em controlar e intervir na dinâmica de exercício do poder delegado cabível aos demais ramos políticos. Neste contexto, o que se tem observado é a ocorrência de atuações no processo de legiferação, em cada uma de suas fases. Tal panorama, aliás, se dá tanto através do exercício de poderes atípicos quanto pela sua competência de Jurisdição Constitucional.

A análise deste papel, que se desenvolve por meio de uma interface com o Legislativo no processo de elaboração das leis, se dará através da teoria do diálogo institucional: por meio dela, e tendo em vista as diferenças de formação e legitimação de cada um dos poderes mencionados, buscar-se-á analisar se e como as deliberações dialogadas em rodadas procedimentais específicas poderão incrementar a produção legislativa, unindo as lógicas de representação popular pautada no autogoverno com a garantia substantiva e procedimental de respeito à Constituição.

Palavras-chave: Democracia. Constitucionalismo. Diálogo Institucional. Supremo Tribunal Federal. Congresso Nacional.

ABSTRACT

LOBREGAT, Rodrigo Rabelo. *The role of brazilian Supreme Court in the law-making process: crisis between powers or institutional dialogue?* 2.019. 262 fls. Thesis (PhD) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2.019.

Democracy and Constitutionalism are concepts that although they are not perfectly correlated, their historical development is interconnected. Whereas the first is related to the self-government, from a logical of resolution of social conflicts by achieving the parliamentary majority, the second is based on the idea of restriction to the exercise of power, by which the existence of multiple focuses of internal sovereignty allows the application of checks and balances on each of the powers. As a main guardian of such covenant of fragmentation of the political power, the Federal Supreme Court has a relevant locus in the legal-constitutional system.

And from this space, the brazilian Supreme Court has the role to ensure the constitutional order, which most times results in controlling and intervening on the dynamics of exercise of the applicable granted power to the other political fields. In this context, it has been observed the occurrence of performances in the lawmaking process, in each of its stages. Such scenario, indeed, takes place either through the exercise of unusual powers or by its competence of Constitutional Jurisdiction.

The analysis of such role, which is developed by an interface with the Legislative in the lawmaking process, will be through the theory of the institutional dialogue: through it and aiming at the differences of formation and legitimization of each of the said powers, an effort will be made to analyze if and how resolutions discussed on specific procedural rounds may improve the legislative production, merging logics of popular representation based on the self-government with the substantive and procedural guarantee of respect for the Constitution.

Key-words: Democracy. Constitutionalism. Institutional Dialogue. Brazilian Supreme Court. National Congress of Brazil.

RESUMÉ

LOBREGAT, Rodrigo Rabelo. *Le rôle de la Cour Suprême Fédérale dans l'élaboration de lois: crise entre puissances ou dialogue institutionnel?* 2.019. 262 fls. Thèse de Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2.019.

La démocratie et le constitutionnalisme sont des concepts qui, même s'ils ne sont pas complètement liés, sont associés d'un point de vue historique. Le premier est associé à l'autogouvernement, à partir d'une logique de formation de conflits sociaux grâce à l'obtention de majorités parlementaires, alors que le deuxième repose sur l'idée de restriction à l'exercice du pouvoir, pour laquelle l'existence d'objectifs de souveraineté interne permet l'imposition, pour chaque pouvoir, de freins et de contrepoids. En tant que gardienne de ce pacte de fragmentation du pouvoir politique, la Cour suprême fédérale brésilienne occupe une position importante dans le système juridico-constitutionnel.

Et, à partir de cet espace, la Cour suprême fédérale a pour fonction de garantir l'ordre constitutionnel. Le plus souvent, il convient de contrôler et d'intervenir dans la dynamique d'exercice du pouvoir délégué applicable aux autres branches de la politique. Dans cette optique, il est possible d'observer des interventions dans la procédure de législation, dans toutes ses phases. Par ailleurs, cela se produit dans l'exercice de pouvoirs atypiques, ainsi que dans ses compétences de juridiction constitutionnelle.

L'analyse de ce rôle, qui se développe par le biais d'une interface avec le pouvoir législatif dans le processus d'élaboration des lois, sera effectuée grâce à la théorie du dialogue en droit constitutionnel: grâce à cette dernière, et compte tenu des différences de formation et de législation de tous les pouvoirs mentionnés, il sera possible d'analyser si et comment les décisions concertées lors de procédures spécifiques pourront augmenter la production législative, en associant la logique de représentation populaire axée sur l'autogouvernement à la garantie substantielle et procédurale du respect de la Constitution.

Mots-clés: Démocratie. Constitutionnalisme. Dialogue institutionnel. Cour Suprême Fédérale brésilienne. Congrès national du Brésil.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AgRg MS – Agravo Regimental em Mandado de Segurança

CF – Constituição Federal

CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988

FPE – Fundo de Participação dos Estados

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LINDB – Lei de Introdução às normas do direito brasileiro

LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura

MS – Mandado de Segurança

MI – Mandado de Injunção

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PLP – Projeto de Lei Complementar

PLS – Projeto de Lei do Senado

RICD – Regimento Interno da Câmara dos Deputados

RICN – Regimento Interno do Congresso Nacional

RISF – Regimento Interno do Senado Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

Sumário

INTRODUÇÃO	11
PARTE I: DEMOCRACIA E CONSTITUIÇÃO	21
1. A democracia antiga.....	25
1.1. A democracia grega.	26
1.2. A República Romana.	33
1.2.1. O ideário aristotélico do governo misto e sua ocorrência na República Romana	37
1.3. O legado da <i>Demokratia</i> Grega e da <i>Res Publicus</i> Romana.....	41
1.3.1. A questão da terminologia	41
1.3.2. A democracia direta e a visão de Rousseau – uma análise a partir de Isaiah Berlin	46
2. O Constitucionalismo como processo de reavivamento democrático	50
2.1. Definição de constitucionalismo.....	51
2.1.1. A distinção entre o Constitucionalismo Antigo e o Constitucionalismo Moderno	55
2.1.1.1. O protoconstitucionalismo antigo	61
2.2. O triunfo do Constitucionalismo Clássico	64
PARTE II: DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL, LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL E DIÁLOGO	70
1. A Democracia Moderna e o Constitucionalismo.....	75
1.1. A democracia moderna e legitimidade parlamentar.....	75
1.2. Democracia e Constitucionalismo.	89
1.3. A Legitimidade dos Tribunais Constitucionais: Democracia Constitucional, Direitos Fundamentais e Dignidade Humana.....	93
2. Diálogo institucional, rodadas procedimentais, e a relação entre os poderes constituídos	106
2.1. O início da teoria: a relação entre Poder Legislativo e o <i>Judicial review</i> com base na <i>Charter of rights and freedoms</i> no Canadá.....	110
2.2. O conceito de diálogo institucional	120
2.2.1. O conceito fraco de diálogo.....	121
2.2.1.1. A “experiência histórica” da superação da inconstitucionalidade no Brasil – modalidade fraca de diálogo?	123
2.2.2. O conceito forte de diálogo	126
2.2.2.1. Pluralidade de instituições em interação	128
2.2.2.2. Equilíbrio mínimo nas relações interativas.....	130
2.2.2.3. Respeito ao <i>locus</i> deliberativo alheio	131

2.2.2.4. Sequência procedimental consciente	132
2.2.2.5. Busca de acréscimo de legitimidade.....	134
2.2.2.6. Natureza constitucional do objeto do diálogo.....	138
2.2. O diálogo institucional no Brasil: exemplos e considerações	139
2.3.1. O panorama atual: a predominância expansiva do judiciário	139
2.3.2. Instrumentos de diálogo: mudanças no parâmetro de controle e técnicas hermenêuticas	144
2.3.4. Instrumentos de diálogo: técnicas hermenêuticas.....	146
2.3.4.1. Técnica do <i>judicial advice-giving</i> ou aconselhamento judicial	146
2.3.4.2. Interpretação conforme e inconstitucionalidade sem redução do texto	148
2.3.3. Mutação Constitucional e o risco ao diálogo.....	151
PARTE III: O PROCESSO LEGISLATIVO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	
DE 1.988 E A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	157
1. A Iniciativa legislativa	167
1.1. Iniciativa exclusiva e emenda parlamentar	170
1.2. O Supremo Tribunal Federal e sua iniciativa legislativa	173
2. O Controle de agenda e a pauta do Congresso Nacional	176
2.1. O Supremo Tribunal Federal e sua participação no controle de agenda legislativa	182
2.1.1. Controle de agenda pela pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	191
3. A discussão parlamentar e aprovação congressional	196
3.1. A lei complementar	200
3.2. O Supremo Tribunal Federal e o <i>devido processo legislativo</i>	203
4. A sanção ou veto presidencial.....	220
4.1. O Supremo Tribunal Federal e sua participação no controle do veto legislativo	223
4.1.1. Manifestações favoráveis à revisão judicial do veto	224
4.1.2. Manifestações contrárias ao controle judicial do veto	228
4.1.3. Considerações quanto à revisão judicial do veto	233
4.2. Controle judicial da apreciação do veto	237
5. O procedimento de promulgação e publicação da lei.....	243
CONCLUSÃO	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	250
ANEXO – LISTA DE DECISÕES DO STF ANALISADAS OU MENCIONADAS NO	
DECORRER DO TRABALHO.....	257
ADI - AÇÕES DECLARATÓRIAS DE INCONSTITUCIONALIDADE	257
ADPF – ARGUIÇÕES DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	259

MI - MANDADOS DE INJUNÇÃO 260

MS - MANDADOS DE SEGURANÇA 261

OUTRAS AÇÕES..... 262

INTRODUÇÃO

Os dizeres de Montesquieu, imortalizados em sua obra prima e reproduzidos em grande parte da literatura constitucional mundial, afirmam a necessidade de controle do poder pelo próprio poder. Neles, o nobre francês afirma ser o homem tentado a abusar do poder, buscando maximizá-lo até onde encontrar limites.

O mesmo Montesquieu, inspirado pela forma como o Parlamento e o Monarca se relacionavam institucionalmente na Inglaterra, traz a solução ao problema: “Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”¹.

Consolida Montesquieu, portanto, a teoria da separação de poderes que - em sua obra clássica - demonstrava sua vertente mais radical: cada poder teria uma função específica, sendo vedado a eles invadir a esfera de atribuição alheia. Em outras palavras, pregava-se uma separação rígida entre os Poderes, onde não houvesse funções atípicas.

Tal ideal se incutiu em toda a noção de constitucionalismo: uma das formas de reduzir o risco de utilização do peso do poder estatal para restringir e limitar a liberdade dos indivíduos seria dividi-lo entre vários órgãos, que interagiriam entre si se controlando mutuamente; cada qual, no entanto, teria sua própria esfera de atuação que, por definição, excluiria por completo a possibilidade de interferência dos demais poderes. Assim, a lógica de separação de poderes preconizada por Montesquieu² é uma lógica excludente e não cooperativa, pela qual a fronteira entre as possibilidades de atuação de cada um dos poderes é bem definida e perfeitamente delimitada.

¹ MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do Espírito Das Leis*, Os Pensadores, vol.1, Editora Nova Cultural, Livro XI, p. 205.

² “A visão clássica da separação de poderes é uma versão jurisdicista da lição de Montesquieu. Esquemáticamente, ela erige três Poderes em torno da noção de lei. Um faz a lei, outro a executa, o terceiro também a aplica, proém, contenciosamente: Legislativo, Executivo e Judiciário. Esta concepção teve e tem o seu mérito. Dá à representação popular o comando último – a lei, expressão da vontade geral – é que rege o Estado; sujeita o Executivo ao cumprimento estrito do que a lei determina – este só pode fazer o que a lei lhe permite; impõe ao Judiciário vivenciar a lei, decidindo os litígios, punindo criminosos, mas sempre num processo dialético – o contencioso.

Tudo isto, no conjunto, faz o Estado de Direito.”

In: FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Poder Judiciário na Constituição de 1988: judicialização da política e politização da Justiça*. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 198, p.2, out. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46407>>. Acesso em: 10. Jan. 2019.

Com o passar do tempo, a prática constitucional passa a solidificar o dogma da separação de poderes com maior sofisticação³: entende-se pela possibilidade de compartilhamento de algumas funções entre os poderes, instituindo-se as chamadas funções atípicas⁴, pelas quais um dos poderes constituídos exerce, com fulcro naquilo que lhe foi estabelecido pela Constituição positiva, função que – tradicionalmente, e de acordo como o modelo de divisão clássico trazido por Montesquieu sob inspiração do Constitucionalismo inglês do século XVIII – não lhe caberia.

Há que se firmar, porém, que todo este desenvolvimento teórico, elaborado a fim de alicerçar um regime de restrições e amarras ao desenvolvimento de modelos de governo autocráticos e despóticos, não apresenta correlação direta com o regime democrático. Muito pelo contrário, é notório dentre os estudiosos do direito que, muitas vezes, os conceitos de democracia e de constitucionalismo entram em verdadeiros choques, se contrapondo.

Afinal, não é difícil perceber que o ideal da democracia tem, como seu valor fundante, a ideia de autogoverno, segundo a qual só é legítimo que os indivíduos se submetam à sua própria vontade, ainda que esta vontade, que prescreve coercitivamente normas de conduta específicas, seja expressada coletivamente: é a vontade da comunidade formalmente expressa por meio da lei que pode restringir a liberdade dos indivíduos, sendo

³ Há que se contextualizar tal mudança de entendimento em razão da evolução política enfrentada pela sociedade ocidental. Afinal, evidenciava-se que o modelo trazido pelo barão francês impunha que, em face de discordância entre a visão de cada um dos poderes constituídos (em que pese a noção de “Poder Constituinte” e – *contrario sensu* – “poderes constituídos” ter surgido, historicamente, quase cinquenta anos após a publicação de “O Espírito das Leis”, parece-nos razoável notar que a lógica por trás do pensamento de Montesquieu englobava, desde logo, os germens da noção em questão, até mesmo ao considerarmos o fato de que a Inglaterra, que inspirou os trabalhos de Montesquieu, já tinha Constituição na acepção moderna, ainda que costumeira. Por outro lado, sabe-se que uma das características inerentes ao Poder Constituinte é sua incondicionalidade, de tal sorte que teria sido o Poder Constituinte britânico executado de forma informal e, conseqüentemente, desprovido de um marco definido), haveria de ocorrer a inércia. Tal modelo de pensamento, contudo, embora se coadune perfeitamente com um modelo de Estado liberal, não é capaz de permitir a contento e de forma eficiente um governo mais intervencionista, capaz de gerar e implementar uma maior concretização de valores sociais. Assim sendo, foi consequência inexorável da mudança de paradigma do papel do Estado ocorrido no desenrolar histórico da sociedade ocidental que obrigou, a fim de viabilizar ao menos minimamente a concretização das novas promessas político-sociais trazidas, muitas vezes, por novos ciclos constitucionais integradores de direitos fundamentais, uma mudança de paradigma no que se refere à interpretação da lógica da separação de poderes.

⁴ Esse modelo foi incorporado pelo nosso ordenamento jurídico-constitucional, já que “o próprio legislador constituinte atribuiu diversas funções a todos os Poderes, sem, contudo, caracterizá-la com a exclusividade absoluta. Assim, cada um dos Poderes possui uma função predominante, que o caracteriza como detentor de parcela da soberania estatal, além de outras funções previstas no texto constitucional. São as chamadas funções típicas e atípicas, que caracterizam cada um dos Poderes, dentre eles o Poder Legislativo.”

In: MORAES, Alexandre de. *Poder Legislativo*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii* (orgs). *Tratado de Direito Constitucional - Vol. 1*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1.913.

certo que, na medida em que estes participam da elaboração legislativa, deixariam de existir governantes e governados, mas apenas cidadãos.

Mas, se por um lado, só a coletividade é capaz de restringir o espectro de autonomia dos indivíduos socialmente considerados, por outro, dentro de um cenário de democracia plena, não há nada que possa restringir a vontade coletiva: se os indivíduos devem ser senhores de si próprios, e se a vontade coletiva - procedimentalmente expressa e com a obtenção de uma maioria - resulta na soberania estatal, nenhum tipo de amarras ou restrições poderiam ser oponíveis a esta vontade geral.

Por outro lado, se há algo notadamente democrático⁵ no conceito de constitucionalismo é a ampla observância da necessidade de restrição ao exercício pleno do poder: pouco importando se a soberania é exercida por um monarca, um grupo aristocrático, ou pela mais ampla coletividade popular, o ideário constitucionalista entende imprescindível a existência de freios e contrapesos capazes de trazer temperança a eventuais excessos e rupturas trazidos pelo detentor do poder político⁶. Assim, longe de

⁵ Aqui, o termo é utilizado como sinônimo de “igualitário”, “não discriminador”.

⁶ Neste sentido, a lógica constitucionalista liberal entende que a restrição ao exercício abusivo do poder e a existência de freios e contrapesos, em verdadeira lógica de restrição à atuação estatal, afigura-se como efetiva forma de evitar a autocracia. Não se implementa, ao se determinarem as funções de cada um dos poderes constituídos, qualquer imposição ontológica ao exercício de suas prerrogativas, sendo certo, por conseguinte, que extrapolações, independentemente de serem tidos como bons ou ruins, feios ou belos, corretos ou reprováveis, serão evitados por meio da existência de diferentes grupos de interesse, ocupantes de espaços institucionais diversos, capazes de fazer valer o pacto político de determinação distributiva das funções estatais entre cada um dos aludidos poderes. E nem poderia ser diferente, à medida em que a valoração dos atos governamentais é, por essência, subjetiva, e não poderá servir de critério para basear se o exercício do poder se deu ou não de forma escoreita. Neste sentido, aliás, Thomas Hobbes, um dos maiores ideólogos políticos da história do pensamento ocidental, traz, em sua obra, interessante crítica à valoração da forma de exercício do poder, demonstrando, de maneira cristalina, todo o subjetivismo que nela se encontra enraizado: “Mas, devido a suas paixões, será difícilimo persuadir os homens de que um reino e uma tirania não são distintas espécies de governo; até quem prefere ter a cidade sujeita a um só homem do que a muitos não acreditará que ela seja bem governada se não for pelo seu critério.

Contudo, é pela razão, e não pela paixão, que devemos descobrir que diferença há entre um rei e um tirano. Primeiro a diferença entre eles não está que um tirano tenha poder superior, porque não pode haver poder superior ao do supremo governante; nem ao fato de que um tenha o poder limitado, e o outro ilimitado: pois quem tem seu poder limitado não é o rei mas súdito daquele cujo poder limita o seu. Finalmente, seus poderes tampouco diferem na maneira de aquisição; pois, se num governo democrático ou aristocrático algum cidadão adquirir pela força o poder supremo, ele se tornará um monarca legítimo caso venha a ganhar o consentimento de todos os cidadãos –, caso contrário, será um inimigo, e não um tirano.

A única diferença entre eles reside, portanto, no exercício de seu poder (*command*), dizendo-se que é rei aquele que governa bem, e tirano aquele que não o faz. Assim chegamos ao resultado de que, num governo legitimamente constituído, se parecer aos súditos que o príncipe governa bem e de modo a agradá-los, eles lhe darão o nome de rei; e, se assim não lhes parecer, chamá-lo-ão de tirano. Vemos assim que reino e tirania não são formas distintas de governo, mas que ao mesmo monarca é conferido o nome de rei em sinal de honra e referência, e o de tirano para fazer-lhe contumélia e censura. Além disso, o que com tanta frequência se encontra nos livros escritos contra os tiranos teve origem nos autores gregos e romanos, cujo governo era em parte democrático e em parte aristocrático, de modo que eles não odiavam apenas aos tiranos, mas

permitir um sistema de organização do poder democraticamente puro, repelindo as formas aristocráticas e monárquicas do exercício de poder, acaba o constitucionalismo por incentivar a existência destas duas formas, tendo, aliás, se inspirado na ideia de governo misto aristotélico (este, composto por traços democráticos, aristocráticos e monárquicos que, coexistindo, acabam se restringindo entre si).

É fruto do choque entre os dois conceitos em análise - democracia e constitucionalismo - que surge a forma de compatibilização de ambos. O desenvolvimento da democracia aparece como uma das principais conquistas obtidas pelo mundo ocidental nos últimos dois séculos; tal desenvolvimento, contudo, deve se dar de forma saudável, preferencialmente dentro de um contexto de constitucionalismo, através do qual existam sistemas de restrições e ponderações da vontade popular exacerbada⁷. Aliás, há que se frisar que esta compatibilização, à qual se dá o nome de democracia constitucional, mostrou seu valor intrínseco e insubstituível na primeira metade do século XX, quando governos de cunho totalitário chegaram ao poder por meio de deliberação popular,

também aos reis”. In: HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 121-22.

Neste sentido, aliás, o mesmo filósofo da política critica o ideário grego que prega pela diferença entre as formas puras e as formas corrompidas de governo, ao afirmar que:

“Embora alguns teóricos antigos da política tenham introduzido três outros tipos de governo em oposição a estes – opondo, assim, a anarquia ou a confusão à democracia; a oligarquia, ou seja, o governo de poucos, à aristocracia; e a tirania à monarquia -, não se trata porém de três formas distintas de governo, mas de três nomes dados a este por aqueles que estão descontentes com a forma atual de governo, ou com quem exerce o poder. Isso porque os homens, ao atribuírem nomes, usualmente não significam apenas as coisas em si mesmas, mas também suas próprias afeições, tal como o amor, o ódio, a ira e ainda outras mais. Disso decorre que aquilo que um chama de democracia, outro diz anarquia; o que um considera como aristocracia, outro avalia ser oligarquia; e aquele a quem um chama de rei, outro nomeia como tirano.

De modo que, como vemos, esses nomes não assinalam distintas espécies de governo, mas sim as distintas opiniões dos súditos em relação àquele que tem o poder supremo. Pois, primeiro, quem não vê que a anarquia se opõe igualmente a todas as formas acima nomeadas? Pois tal palavra significa que não há governo algum, isto é, nem sequer há Estado. E como pode ser que o ‘não-governo’ esteja entre as espécies de governo? Além disso, que diferença há entre uma oligarquia, que significa o governo de uns poucos ou de uns grandes, e uma aristocracia, que é o governo dos principais ou dos primeiros, a não ser o fato de que os homens se diferenciam tanto entre si que a mesma coisa não parece boa a todos eles? E disso decorre que aquelas pessoas que por alguns são vistas como sendo as melhores, por outras são avaliadas como sendo as piores do gênero humano”. In: HOBBS, *op. cit.*, p. 120.

⁷ Por outro lado, a noção de contraposição entre *lei* e *direito*, tal bem explicada na obra de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, incorpora uma ontologia que, contemporaneamente, dá força e legitimidade aos Tribunais Constitucionais. Estes, afinal, são os guardiões de um pacto político realizado em um contexto de pré-compromisso, que guarda os valores morais e basilares de uma determinada Nação. Tal panorama, no entanto, não é imune à críticas, já que pode levar a um voluntarismo arbitrário.

Neste sentido, nos ensina Manoel Gonçalves Ferreira Filho que: “O controle de constitucionalidade dá ensejo a que os magistrados façam prevalecer, em certas ocasiões, suas opiniões políticas, sobre as da representação popular. Podem, então, a pretexto de interpretar a Constituição, fulminar leis que desagradam às suas convicções e preconceitos.”.

In: FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do Processo Legislativo*. 6ª Edição. São Paulo, Saraiva, 2012, p. 352.

legitimados por uma escolha democrática que, do ponto de vista político, suicidara-se, permitindo ao Estado exercido autocraticamente praticar todo tipo de abusos e descabros. Em outras palavras, percebeu-se que o Estado totalitário pode ter suas raízes e se desenvolver por meio do próprio regime democrático, surgindo do seio de um modelo de autogoverno – ainda que, pode-se dizer, o exercício do autogoverno, nestes casos, tenha se dado de forma patológica.

Indo adiante, é de se notar que cada um dos conceitos que, expressos em conjunto, formam o principal modo de governo hodiernamente visto no ocidente, carregam, dentro de si, instituições próprias. Estas instituições, por sua vez, restam impregnadas dos valores que remetem a Democracia e o Constitucionalismo, de tal forma que, em seu *modus operandi*, refletem a forma de exercício do poder por eles preconizados. Igualmente, e como consequência direta, são dotadas de diferentes formas de *legitimação*.

Paradigmaticamente, temos no parlamento o espelho dos ideais democráticos modernos: se aceitarmos como premissa que o exercício direto da vontade popular se encontra impossibilitado, ou, ao menos, dificultado pela maneira como se consolidaram as instituições do Estado Moderno, temos que é dentro do embate parlamentar que se reflete o exercício do autogoverno dos cidadãos vinculados à determinada soberania estatal⁸.

Ora, dentro de um modelo de representação ocorre o exercício da cidadania por meio do qual é expressa a vontade coletiva, revelada através da obtenção de uma maioria de opiniões direcionadas em um mesmo sentido, normalmente obtida por meio de soluções de compromisso, que incorporam, igualmente, ideias e modelos de pensamento das minorias (ou, ao menos, de parte delas). A canalização de tal dinâmica parlamentar, voltada para a obtenção de um produto específico e decorrente da vontade do povo democraticamente representado reverte-se no chamado *Processo Legislativo*.

⁸ Tal associação tem razão histórica, na medida em que o *parlamento* se colocou como o órgão que desempenhou a luta contra o executivo monárquico e absoluto; assim, as forças democráticas historicamente se organizaram em torno da estrutura parlamentar, de tal modo a propiciar, modernamente, sua associação com o Legislativo. Tal aproximação, contudo, hoje é menos óbvia do que foi outrora, haja vista que o próprio Executivo tem, em sua origem de formação periódica, a vontade popular. Neste sentido:

“Ao imaginar a ‘separação de poderes’, ao ser esta posta em prática nas primeiras Constituições escritas, o Executivo era o monarca, com título próprio a participar do poder, o direito divino dos reis, visto com desconfiança pelo constitucionalismo que o combatia, para derruir o absolutismo. Nessa conjuntura, o Parlamento era a representação da Nação, era o único órgão que tinha origem popular, ou, se se preferir, democrática. Apagado o poder do monarca, como sucedeu na Grã-Bretanha, proclamada a República, como aconteceu na França, o Executivo passou a ter também origem popular, formado que era pelas maiorias parlamentares. Essa transformação tinha de amortecer a desconfiança com que era o Executivo encarado.”
In: FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo...*, *op. cit.*, pp. 163-164.

Os ideais por trás do Constitucionalismo liberal clássico, por sua vez, refletem-se na fragmentação do poder, de tal sorte que é possível enxergá-los por meio da contraposição de diferentes focos de poder estatal, em uma notável divisão da soberania interna, capazes de convergir para realizar a implementação de uma deliberação específica ou, divergindo, de se restringirem mutuamente, gerando a inércia e, por conseguinte, evitando aquilo que, eventualmente, poderia vir a ser um ato de abuso ou de opressão. Na medida em que tal pacto político é incorporado a um texto legal capaz de delimitar as competências de cada um desses poderes, bem como que se passa a reconhecer a supremacia da constituição e sua posição hierárquico-normativa, é natural a criação de um órgão moderador, capaz de mediar as relações entre os poderes de Estado, viabilizando na prática a ocorrência da separação de poderes através da interpretação do pacto político constitucionalizado.

Ora, uma das principais heranças do Constitucionalismo estadunidense, refletida em quase todos os países dotados de um modelo de Democracia-Constitucional (com exceção de três: Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Israel) é a existência de uma Constituição Escrita⁹. Por meio dela, fixa-se um pacto político (que ao menos se pretende) bem definido, pelo qual se distribuem dentre os chamados poderes constituídos - instrumentalizados por meio das instituições políticas - as competências deliberativas para legislar, julgar ou exercer o poder de império estatal.

Evidente que, com base nos ensinamentos de Montesquieu trazidos acima, é fato que tais poderes não necessariamente se limitarão àquilo a eles determinado pelo Constituinte¹⁰, de tal sorte que haverá de existir quem, devidamente autorizado pela Carta Política, seja capaz de determinar a forma de aplicação da Constituição realizando subsunções dos fatos da vida aos dispositivos abstratos trazidos na Lei Maior, bem como ponderando, por meio de interpretação, as diferentes normas que dela emanam, fazendo

⁹ Ressalte-se, porém, a existência de ocorrências de históricas pontuais, que eventualmente citam constituições escritas anteriores ao movimento constitucionalista estadunidense. Neste sentido, por exemplo, Loewenstein, que afirma em sua obra ter existido, ainda na Polônia pós-medieval, modelo escrito de Constituição. De todo modo, há que se frisar que tal peculiaridade histórica trouxe pouca, senão nenhuma, influência à dinâmica do Constitucionalismo Moderno, que, efetivamente, recebeu o conceito de Constituição Escrita como herança da Revolução Estadunidense.

¹⁰ Pelo contrário, e como analisado no decorrer desta tese, é natural que a limitação entre os poderes seja fixada de maneira dinâmica e dotada de elasticidade, de tal modo que o exercício reiterado de suas funções por cada um dos Poderes Constituídos importará em diferentes fronteiras na separação dos Poderes, que dependerão das circunstâncias fáticas atreladas ao desenvolvimento histórico de cada uma das instituições constituídas.

valer, por meio de tal exercício, a autoridade Constitucional¹¹. Estamos falando, das chamadas Cortes Constitucionais ou, no caso brasileiro, do Supremo Tribunal Federal que, em que pese não se tratar de uma Corte Constitucional¹² em sentido estrito, encarna por aqui suas competências.

Assim, se a distribuição do poder - com o intuito de evitar abusos e de gerar um sistema eficiente de freios e contrapesos - é realizada pelo Constituinte Soberano e refletida em uma Constituição Escrita, bem como se esta Constituição Escrita encontra aplicação e eficácia por meio da atuação direta das Cortes Constitucionais, é razoável supor que tais instituições se apresentam, em essência, como o reflexo dos ideais de constitucionalismo, fazendo valer uma temperança do exercício do poder por cada um dos órgãos que compõem a totalidade da soberania estatal e sendo, elas próprias (as Cortes), também restringidas por estes órgãos, bem como pela própria dinâmica de funcionamento das funções estatais trazidas nos dispositivos constitucionais.

Dentro deste panorama de Constitucionalismo Democrático e da mitigação do ideal de supremacia do parlamento por meio da necessidade de observância de uma Constituição

¹¹ Quero dizer, a mera existência de uma delimitação formal de competências contida no texto constitucional não é capaz, *per se*, de realizar a delimitação dos poderes que, não encontrando limitações para além do escudo de papel com tinta vertida, tornará este letra morta. É a adequada estruturação das instituições constitucionalmente previstas que permitirá a efetiva distribuição dos poderes; igualmente, é da dinâmica pela qual se relacionarão tais instituições, eventualmente mediadas por uma Corte Constitucional, que se realizará efetivamente a distribuição das competências, fazendo com que as delimitações previstas no plano do *dever-ser* se assentem na realidade dos fatos, moldando-se à realidade do *ser*.

¹² A controvérsia decorre do fato de que o Supremo Tribunal Federal era, originalmente, exclusivamente dotado das funções típicas de um órgão de cúpula do judiciário, e não de Corte Constitucional. O desenvolvimento do Direito Constitucional Brasileiro incorporou ao Pretório Excelso, a partir de 1.965, funções de Controle Concentrado de Constitucionalidade que, por sua vez, se tornaram preponderantes a partir da Constituição Republicana de 1.988. Quanto à incorporação, pelo Supremo Tribunal Federal, da natureza de Corte Constitucional, Gilmar Ferreira Mendes nos ensina que:

“A discussão na Constituinte sobre a instituição de uma Corte Constitucional, que deveria ocupar-se, fundamentalmente, do controle de constitucionalidade, acabou por permitir que o Supremo Tribunal Federal não só mantivesse a sua competência tradicional, com algumas restrições, como adquirisse novas e significativas atribuições. A Constituição de 1988 ampliou significativamente a competência originária do Supremo Tribunal Federal, especialmente no que concerne ao controle de constitucionalidade de leis e atos normativos e ao controle da omissão inconstitucional.”

In: MENDES, Gilmar. *O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii* (orgs). *Tratado de Direito Constitucional - Vol. 1*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 663.

Renato Nalini, por sua vez, afirma que:

“A Suprema Corte, copiada do modelo norte-americano, exerce um papel fundamental na democracia, ao guardar a Constituição. Na verdade, a expressão significa a missão de defender e fazer valer o pacto fundamental, que é a raiz da legitimidade de toda a normatividade infraconstitucional.

O STF tem hoje essa função precípua e assumiu um protagonismo bastante significativo ao abandonar uma parcela de seu papel jurisdicional de verdadeira quarta instância, para reconhecer-se o guardião da ordem constitucional”

In: NALINI, Renato. *O Poder Judiciário na Constituição de 1.988*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii* (orgs). *Tratado de Direito Constitucional - Vol. 1*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 2.090.

escrita cuja vigília caberá à Corte Constitucional, é evidente que haverá de existir embates e conflitos entre estas instituições (Parlamento e Corte Constitucional).

Se é verdade que a Corte Constitucional tem a função de manter o pacto político de distribuição do poder, permitindo a efetiva adoção de um Constitucionalismo e a restrição ao exercício absoluto do poder enquanto o Parlamento se relaciona ao exercício democrático por representação, consistindo em verdadeira forma de autogoverno (ainda que indiretamente realizado), temos que a interferência daquela instituição no trabalho de elaboração legislativa pode ser entendida como forma de utilização de freios e contrapesos em um sistema de separação de poderes para restringir a própria democracia: ora, o procedimento democrático encontrar-se-á restrito por poder a ele alheio, de natureza eminentemente aristocrática, a fim de se preservarem valores inerentes à ordem jurídica vigente e, por conseguinte, o pacto político solenizado pela Constituição, restringindo as possibilidades de manifestação da vontade popular (ainda que por meio de representantes) em prol de uma ordem constitucional anteriormente estipulada.

Há que se ter em mente que, em razão da interface existente entre os modelos democrático e constitucional e mediante a necessidade de convivência entre os poderes constituídos, é necessário que ocorra uma interação mais dialógica entre instituições, através da qual as mesmas direcionarão mutuamente as deliberações políticas umas das outras. Mediante tal modelo, as decisões de poderes “menos democráticos” acabariam por, incorporando pontos de vista e questões das instituições democráticas, adquirir maior legitimidade para suas decisões. Em sentido oposto, as instituições “mais democráticas” incorporariam pontos de vista e direcionamentos técnicos, pelo que se garante maior segurança jurídica às decisões em questão, bem como se determinam, desde logo, quais as posições politicamente viáveis ou, em contrário, juridicamente impossíveis em face do contido nas normativas de Direito Constitucional. Assim, o diálogo entre os grupos políticos democráticos *per se* e as instituições aristocráticas judiciárias teria o condão de permitir interferências, restrições e direcionamentos em deliberações político-parlamentares, mitigando a tensão entre o Constitucionalismo e os valores democráticos. Por outro lado, tal posicionamento acabaria por mitigar também o exercício da última palavra, permitindo que, por meio de “rodadas procedimentais” houvesse uma deliberação conjunta, senão no curto, ao menos em longo prazo.

No que se refere ao Direito Constitucional pátrio, por sua vez, temos que a Constituição Federal vigente, promulgada em 1988, optou por, em consonância com as

visões mais modernas de direito constitucional, realizar modelo mitigado de separação de poderes, no qual a atribuição de uma função a um poder específico não necessariamente excluirá a possibilidade de atuação dos outros poderes, bem como onde a produção de cada poder poderá ser diversa daquilo que a doutrina mais tradicional prega, em face da existência das chamadas *funções atípicas*. Mais ainda, dá espaços, ainda que limitados, ao diálogo entre instituições, o que se exemplifica, por exemplo, através do controverso instituto do *Mandado de Injunção*.

O Pretório Excelso, no uso de suas atribuições, tem se demonstrado como o órgão preponderante na estrutura de poder constitucionalmente estabelecida. Nada mais natural, em face de duas características inerentes a este órgão: a primeira diz respeito ao poder da última palavra, haja vista que o Tribunal é o guardião máximo da Constituição que, por sua vez, goza de Supremacia sobre o restante do ordenamento jurídico. Ou seja: ao ser o principal intérprete da lei maior, acaba o STF por ter legitimidade¹³ para afastar atos (jurídicos ou não) que forem por ele entendidos como contrários à Ordem Jurídico-Constitucional vigente¹⁴. Uma segunda característica que reflete sua preponderância e que, em certa medida, é um desdobramento da primeira é a função de harmonizador dos Poderes Constituídos. Tal função decorre do fato de que a Separação dos Poderes está instituída pela Constituição Federal, de tal maneira que divergências de interpretação acerca do assunto devem ser resolvidas pelo Tribunal Supremo.

Neste contexto de valorização do Supremo Tribunal Federal como órgão de papel central na dinâmica da separação dos poderes, vemos que o Pretório Excelso tem agido no Processo Legislativo. Tal atuação por vezes tem sua delinação expressamente prevista na Constituição Federal, como no caso das competências de iniciativa legislativa exclusivamente exercíveis pelo Supremo Tribunal Federal.

Outras vezes, porém, tais atuações se dão não em exercício de função atípica, mas sim através do papel moderador do Supremo Tribunal Federal que, no exercício de sua

¹³ Em relação a esta afirmação, o que se discute é a legitimidade extraída da Constituição para exercer a Jurisdição Constitucional. Não se discute, aqui, a legitimidade popular, aferida por meio do sufrágio, haja vista que o ao Judiciário não se submete a tal tipo de escrutínio.

¹⁴ Ademais, temos que “O Judiciário, todavia, diz o direito (pois este é o sentido de *jurisdictio*, jurisdição, de *jus* (direito) e *dicere* (dizer) de onde vem o termo), em casos concretos. Assim, vez por outra tem de apreciar ato de outro Poder. Não o faz, contudo, para controlar, fiscalizar este outro Poder, mas apenas para assegurar o império da lei.

De seu controle, não escapam os atos de outro Poder quando ferem direitos individuais. É o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário(...)”

In: FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Poder Judiciário na Constituição...*, op. cit., p. 3

competência de Jurisdição Constitucional, acaba por intervir no funcionamento dos demais poderes quando da elaboração dos projetos de lei, realizando por exemplo intervenções e impedimentos de debate parlamentar e votação de projeto de lei, ou de supressão de veto presidencial.

Através da doutrina do diálogo institucional, e da premissa de que os poderes constitucionais têm, por essência, critérios de legitimação diversos entre si, buscar-se-á analisar se as intervenções do Supremo Tribunal Federal no processo de legislação se colocam como algo benéfico, capaz de aumentar a legitimidade dos atos normativos emanados do Estado e, por conseguinte, fortalecer a Democracia Constitucional; ou, alternativamente, se colocam como uma interferência nos demais poderes constituídos que, se concretizando pelo autoritarismo inerente ao exercício do poder da última palavra, mitiguem a engenharia constitucional criada pelo Texto Magno de 1.988.

CONCLUSÃO

Os conceitos de democracia e de constitucionalismo, ainda que provenientes de uma origem antiga comum, não podem ser entre si confundidos. Enquanto o primeiro diz respeito à lógica do autogoverno e da identidade entre governantes e governados, o segundo se refere a uma divisão das funções de soberania interna entre diferentes instituições, de tal forma que, por meio de um sistema de freios e contrapesos, inexista qualquer exercício autocrático e abusivo do poder.

De todo modo, é fato que o desenvolvimento político no Ocidente levou a uma compatibilização entre tais institutos, de tal maneira que, ali, hodiernamente, as Democracias Constitucionais se colocam como o principal método de exercício do poder político. Assim, de um lado, temos o povo, que através de representantes organizados para formular uma decisão política majoritária, é capaz de criar as leis às quais se submete; por outro lado, o pacto político social pré-compromissado e refletido na Constituição resta garantido e protegido dos excessos populares por meio de uma Corte Constitucional que, menos sensível às demandas populares momentâneas e às necessidades de identificar sua vontade com a dos cidadãos, torna-se capaz de analisar a compatibilidade entre o direito ordinário posto e as normas constitucionais que fundamentam o Estado.

Ocorre que a Constituição se põe, ao mesmo tempo, como o documento pelo qual as normas substantivas mais importantes integram o Estado e, por conseguinte, parametrizam a compatibilidade entre as normas infraconstitucionais e os valores constitucionalmente positivados, e como o documento de organização institucional do Estado. Como consequência disso, temos que as Cortes Constitucionais, ao mesmo tempo em que são **poderes constituídos**, exercem um papel de primazia no sistema jurídico, haja vista serem as intérpretes e mediadoras de uma separação de poderes da qual participam.

Se a delinação das funções entre os poderes se põe como algo dinâmico, pelo que - tendo-se em vista uma moldura constitucional pré-concebida - se organiza em conformidade com a prática e com as interações sucessivas entre cada um dos poderes, a existência de um locus privilegiado ocupado pelas Cortes Constitucionais faz com que elas sejam, potencialmente, as delimitadoras de seu próprio poder político, de tal maneira que os controles externos a elas são pouco numerosos e, no mais das vezes, limitados. Há,

pelas Cortes Constitucionais, o privilégio de exercício da última palavra, que, por vezes, poderá ser exercido até mesmo à revelia do que dispõe o próprio texto constitucional.

A preocupação acerca deste privilégio da última palavra tem sido enfrentada pela doutrina nacional e alienígena. Foi neste contexto que restou desenvolvida a teoria do diálogo institucional, pela qual, ampliando o espectro temporal em que se observa a relação entre os poderes, há o desenvolvimento de uma dinâmica de rodadas procedimentais sucessivas, nas quais cada poder, interagindo com os demais, é capaz de gerar uma resposta às decisões a ele submetidas. Busca-se, com isso, uma síntese que incorpore tanto as vontades majoritariamente estabelecidas como, igualmente, o cumprimento ao contorno constitucional pré-compromissado.

Tal situação, que restou acima descrita de forma genérica, também é observada no Brasil. Em que pese o fato de o Supremo Tribunal Federal não ser propriamente uma Corte Constitucional em razão do exercício de funções que, normalmente, não são afetas a tal modelo de instituição, detém em seu rol de competência as funções típicas daquelas Cortes, exercendo o controle de constitucionalidade tanto na via concentrada quanto na difusa. E, na condição de guardião precípua da Constituição, é capaz de delimitar suas próprias competências, intervindo na atuação dos demais poderes constituídos.

O desenvolvimento de uma postura dialógica permite ao Supremo Tribunal Federal, de um lado, garantir a supremacia da Constituição e os fundamentos jurídicos ali estabelecidos e, de outro, permitir ao Congresso Nacional maior liberdade para produzir seus atos legislativos. A ideia de que as Cortes Constitucionais têm de ser paternalistas, atuando de forma direta no conteúdo substantivo das decisões populares, nos parece equivocada e acaba por implicar na substituição da vontade democrática pelas escolhas de uma determinada elite intelectual.

A abertura do Supremo Tribunal Federal ao diálogo, apontando de forma mais clara eventuais inconsistências da lei em face da Constituição e garantindo que o Congresso, dentre os caminhos constitucionalmente válidos, possa exarar escolhas condizentes com a vontade popular, consiste em um modelo que traz incremento legitimador às decisões estatais. Afinal, temos que as legitimidades do Pretório Excelso e do Congresso Nacional decorrem, cada qual, de uma diferente origem: enquanto aquele tem uma legitimidade substantiva, baseada nos pilares ontologicamente positivados em um documento de pré-compromisso político que vincule o Estado e proteja os particulares, este tem na

representatividade popular e na identidade com os eleitores a fonte de justificação de seu poder.

Frise-se, a propósito, que a perspectiva de abertura ao diálogo como forma de aprimoramento das decisões é evidente. Inexiste instituição política à prova de erro, e a verdade é que tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Congresso Nacional tomam decisões qualitativamente boas e ruins, de tal maneira que uma deliberação mais dialógica permite uma maturação procedimental (que une, em síntese, as vontades da autoridade majoritária e o racional deliberativo-substantivo) e a incorporação de um número maior de influxos sócio-políticos, aprimorando qualitativamente o resultado do mandamento estatal.

O diálogo entre poderes normalmente se dá em torno de um objeto já consolidado: a interface pela qual o Pretório Excelso avalia e controla a obra do legislativo costuma se dar em razão de uma norma já integrada ao ordenamento jurídico, que tenha seu processo legislativo concluído e sua promulgação realizada. Contudo, e em razão de uma avocação de poderes pelo Supremo Tribunal Federal, que sedimenta para si uma maior plêiade de competências, tem sido observada uma atuação pretoriana diretamente exercida no processo de legiferação.

Tal panorama de controle judicial do processo legislativo se dá o tanto na fase de discussão e deliberação parlamentar, por meio da análise de Mandados de Segurança, quanto, igualmente, no momento do exercício político do veto presidencial. Quanto a este, em que pese não ter ocorrido nenhuma manifestação de mérito do Pretório Excelso, parte do Tribunal vem firmando sua competência para discutí-lo.

A dificuldade político-institucional atinente ao controle de constitucionalidade dos projetos legislativos decorre da necessidade de se diferenciar as opções majoritárias que são manifestamente contrárias ao disposto no texto constitucional daquelas que, embora legitimadas pelo texto constitucional, sejam opostas à decisão política que seria tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Enquanto o primeiro caso reflete em um dever institucional do Pretório Excelso de pronunciar a inconstitucionalidade a fim de proteger a Ordem Jurídico-Constitucional, temos que, no segundo, o Supremo Tribunal Federal deverá entender seu *locus* político e, sem paternalismo, permitir aos órgãos majoritários a análise de conveniência dos projetos de criação legislativa.

Neste sentido, e tendo em vista as dificuldades de reversão das decisões pretorianas quando através do exercício da última palavra o Supremo se manifesta de forma

terminativa, observamos que a ocorrência de diálogo e a deferência à identidade democrática havida entre o Congresso Nacional e a população depende eminentemente de uma auto-restrição do STF: por meio de seu papel privilegiado de guardião do Texto Constitucional, o órgão é capaz de interpretar a interface entre os Poderes para extrapolar as competências que lhe foram estabelecidas pelo Constituinte e fazer política para além das escolhas fixadas e pré-determinadas na Lei Magna.

A prática constitucional tem demonstrado que há espaço para compatibilizar a participação do Supremo Tribunal Federal no processo legislativo com um modelo de Democracia Constitucional capaz de garantir respeito às decisões majoritárias: existe na jurisprudência do STF uma série de decisões pelas quais os caminhos hermenêuticos adotados pelo Tribunal respeitaram o espaço de deliberação congressional (ou ao menos tentaram fazê-lo). Tal panorama, inclusive, se dá em situações nas quais haveria competência do judiciário para uma maior atuação, como é o caso do controle jurisdicional dos regimentos internos. Por outro lado, inúmeras outras decisões foram exaradas de maneira a afastar o Parlamento (e sua vontade) de uma discussão política, exacerbando as competências conferidas à cada um dos órgãos pela engenharia institucional adotada pelo Constituinte e, por conseguinte, causando um déficit de legitimidade democrática no mandamento legal exarado pelo Estado.

Somente por meio de uma autorestrição, capaz de entender a existência de diferentes influxos legitimatórios em cada um dos órgãos e de reconhecer a capacidade parlamentar de também afigurar como instituição-intérprete da Constituição é que será possível a realização do diálogo e o consequente aprimoramento das deliberações estatais. Neste sentido, se garantem tanto as normas substantivas previstas no texto constitucional quanto, igualmente, a deliberação majoritária que restou convenientemente escolhida dentre os caminhos que foram deixados em aberto pelo Constituinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Bruce. *The New Separation of Powers*. In: *Harvard Law Review*, Volume 113, nº 3, Janeiro de 2000, pp. 633-725.

AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do. *Medida Provisória e sua conversão em lei*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. O poder legislativo na democracia contemporânea: a função política dos Parlamentos na democracia contemporânea. In: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 168, 2005, p. 7 a 17

ARGUELHES, Diego Werneck. O Supremo na política: a construção da supremacia judicial no Brasil. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 250, p. 5-12, jan. 2009.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4107>>. Acesso em: 13 Jan. 2019.

BATEUP, Christine. The dialogic promise: assessing the normative potential of theories of constitutional dialogue. In: *71 Brooklyn Law Review*, 2006, pp.1.110.

Disponível em: <http://brooklynworks.brooklaw.edu/blr/vol71/iss3/1>. Acesso em 10 Jan. 2019.

BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaio sobre a Liberdade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, pp.133-175

_____. *La traición de la libertad: seis enemigos de la libertad humana*, trad. María Antonia Neira Bigorra. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

BOVERO, Michelangelo. *Contra o Governo dos piores: uma gramática da Democracia*. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

BRASIL. Presidente da Câmara dos Deputados (2009-2010: Michel Miguel Elias Temer Lulia). *Manifestação quanto à questão de ordem quanto à interpretação sobre o trancamento de pauta pelas Medidas Provisórias, proposta pelo Deputado Federal Regis de Oliveira*. Brasília, 17 de março de 2.009.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/mesa/presidencia/galeria-presidentes/michel-temer-2009->

2010/discursos/interpretacao-do-presidente-michel-temer-sobre-o-trancamento-de-pauta-pelas-medidas-provisorias

Acesso em: 27 jan. 2019.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª Edição. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHOSA, Modesto. *Direito Econômico: obras completas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Discurso proferido no Athénée royal de Paris em 1819. Disponível integralmente em português no site: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

COSTA NETO, João. *Dignidade humana: visão do Tribunal Constitucional Federal Alemão, do STF e do Tribunal Europeu*. São Paulo: Saraiva, 2014.

DA SILVA, José Afonso. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. 7ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *Processo Constitucional de Formação das Leis*. 3ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Teoria do Conhecimento Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2014

DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: UnB, 2001.

_____. *A democracia e seus críticos*. Trad.: Partícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. Tomada de decisões em uma democracia: a Suprema Corte como uma entidade formuladora de políticas nacionais. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 252, p. 25-43, mai. 2009. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/7954/6820>>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

DE ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes. *Competências na Constituição de 1988*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

DE CICCIO, Cláudio. *História do pensamento jurídico e da filosofia do direito*. 4ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2009

DEMARCHI, Juliana Brescansin. *Superação de inconstitucionalidade por deliberação parlamentar ou popular*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito do Estado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

DROMI, José Roberto. *Constitucionalismo y Humanismo*. In: Revista de Direito Constitucional e Internacional, RDCI 2/121, jan.-mar. 1993.

DWORKIN, Ronald. *Justiça para ouriços*. Coimbra: Almedina, 2012.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. *Processos informais de mudança da constituição*. 2ª Edição. Osasco: EdiFIEO, 2015

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. 12ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Princípios fundamentais do Direito Constitucional*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *O Poder Constituinte*. 6ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Poder Judiciário na Constituição de 1988: judicialização da política e politização da Justiça. In: *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 198, p.2, out. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46407>. Acesso em: 10. Jan. 2019.

FRANCO, Ari. Veto - Retratação - Sanção. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 308-310, mai. 1962. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/23733/22488>.

Acesso em: 17 Jan. 2019.

GAY, Peter. *Enlightment: an interpretation*. Vol. 2: The Science of freedom. New York: Norton, 1977.

GLISSEN, John: *Uma introdução histórica ao direito*. 2ª Edição. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1995

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. 14ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2010.

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOGG, Peter W; BUSHELL, Allison A. The Charter Dialogue between Courts and Legislatures (or perhaps the Charter of Rights isn't such a bad thing after all). In.: *Osgood*

Hall Law Journal 35.1 (1.997), pp. 75-124. Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/ohlj/vol35/iss1/2>, Acesso em 13 de janeiro de 2.019.

HOGG, Peter W; THORNTON, Allison A. Bushell; WRIGHT, Wade K. *Charter dialogue revisited – or “much ado about reforms”*. In: *Osgoode Hall Law Journal* 45.1, 2007, pp. 1-65. Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/ohlj/vol45/iss1/2>. Acesso em 13 de janeiro de 2.019.

KEANE, John. *Vida e Morte da Democracia*. São Paulo: Edições 70, 2010.

KELSEN, Hans. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEWIS, Anthony. *Liberdade para as ideias que odiamos*, trad. Rosana Nucci. São Paulo: Aracati, 2011.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. 2ª Edição. Barcelona: Ariel, 1976.

MADISON, James. *Federalist Paper no. 10*. Disponível online em: http://en.wikisource.org/wiki/The_Federalist/10. Acesso em 31/08/2014.

MALBERG, R. Carré de. *Teoría General del Estado*. 2ª Edição. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

MANFREDI, Christopher P.; KELLY, James B.. Six Degrees of Dialogue: A Response to Hogg and Bushell. In: *Osgoode Hall Law Journal* 37.3, 1999, pp. 513-527.

Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/ohlj/vol37/iss3/1>

Acesso em: 13/01/2019.

MATHEN, Carissima. Dialogue theory, judicial review and judicial supremacy: a comment on “Charter Dialogue Revisted”. In: *Osgoode Hall Law Journal* 45.1, 2007, pp. 125-146.

Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/ohlj/vol45/iss1/6>

Acesso em: 13/01/2019.

MATTEUCCI, Nicola. *Organización del poder y libertad: historia del constitucionalismo moderno*. Madrid: Trotta, 1998.

MC ILWAIN, Charles Howard. *Constitutionalism: Ancient and Modern*. Indianapolis: Liberty Fund, 2007.

MENDES, Conrado Hübner. *Controle de Constitucionalidade e Democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. It's all about the last word? Deliberative separation of powers. In: *Legisprudence*, Vol. 3, No. 1.

Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1911822>

MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de descumprimento de preceito fundamental: comentários à Lei n. 9.882, de 3-12-1999. 1ª Edição, 2ª Tiragem. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii* (orgs). Tratado de Direito Constitucional - Vol. 1. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. 2ª Edição: Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. *Manual de Direito Constitucional*, vol. 1. (O Estado e os Sistemas Constitucionais). 10ª Edição. Coimbra: Coimbra, 2014.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do Espírito Das Leis*. São Paulo: Nova Cultural, p. 205.

MORAES, Alexandre de. *Poder Legislativo*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii* (orgs). Tratado de Direito Constitucional - Vol. 1. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Carlos Blanco. *Justiça Constitucional – Tomo II*. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

NALINI, Renato. *O Poder Judiciário na Constituição de 1.988*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii* (orgs). Tratado de Direito Constitucional - Vol. 1. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 2.071.

OSSA, Carlos Cruz-Coke. *Instituciones Politicas y Derecho Constitucional*. Santiago: Finis Terrae, 2009.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Understanding Institutional Diversity*. Oxfordshire: Princeton University Press, 2005.

PORTO, Walter Costa. 1937. 3a ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

RIVERO, Jean; MOUTOUH, Hugues. *Liberdades Públicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RESENDE, Fabricio Contato Lopes. *Diálogo Institucional entre os Poderes Legislativo e Judiciário por meio do controle de constitucionalidade dos atos normativos do Congresso Nacional pelo STF no período de 1988 a 2013*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito do Estado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ROBERTS, J.M. *O livro de Ouro da História do Mundo: da pré-história à Idade Contemporânea*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

SABINE, George H. *Historia de la teoria política*. 3ª edição. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

SAYEG, Ricardo; BALERA, Wagner. *O Capitalismo Humanista: Filosofia Humanista de Direito Econômico*. Petrópolis: KBR, 2011.

SCAFF, Fernando Facury. *Se o Congresso não aprovasse o orçamento, teríamos um shutdown à brasileira?* In: Revista Consultor Jurídico, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-fev-19/contas-vista-congresso-nao-aprovasse-orcamento-teriamos-shutdown>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SEN, Amartya. *A ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

_____. *Inequality reexamined*. Cambridge, Massachusetts: 1995

SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano (orgs.). *Democracy's Edges*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *Considerações sobre o que é o terceiro estado*. Disponível em:

<http://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/904/course/section/2282/O_QUE_E_O_TERCEIRO_ESTADO_Sieyes.pdf

Acesso em: 22 de fevereiro de 2015.

SILVEIRA E SILVA, Rafael; DE ARAUJO, Suely Mara Vaz Guimarães. *Ainda vale a pena legislar: a atuação dos agenda holders no congresso brasileiro*. In: *Revista de sociologia e política*, v. 21, nº 48, p.19-50.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a02v21n48.pdf>>

Acesso em 13 de janeiro de 2019.

STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. *Historia de la filosofía política*. 3a Edição. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari et al. *Controle de constitucionalidade e judicialização: o STF frente à sociedade e aos Poderes*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 11ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America - De la démocratie en Amérique: A bilingual french-english edition*. Trad., de James T. Schleifer. 4 vol. Indianápolis: Liberty Fund, 2009.

URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*. Chicago: University of Chicago, 2006.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. *Diálogo institucional, democracia e Estado de Direito: o debate entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional sobre a interpretação da Constituição*. 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito do Estado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

WALDRON, Jeremy. *The Core of the Case Against Judicial Review*. In: 115 Yale L.J., 2006.

Disponível em at: <https://digitalcommons.law.yale.edu/ylj/vol115/iss6/3>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

ANEXO – LISTA DE DECISÕES DO STF ANALISADAS OU MENCIONADAS NO DECORRER DO TRABALHO

ADI - AÇÕES DECLARATÓRIAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

NÚMERO DO PROCESSO	PERTINÊNCIA DA MATERIA COM O PRESENTE TRABALHO
ADI 3685	Interpretação conforme – modificação substantiva da Constituição em relação à normas eleitorais
ADI 1946	Inconstitucionalidade sem redução do texto – benefício previdenciário e auxílio maternidade
ADI 3999	Mutação constitucional – acréscimo de causa de perda de mandato parlamentar (infidelidade partidária)
ADI 3114	Impossibilidade de o proponente de projeto de lei de iniciativa extraparlamentar proceder com emenda; possibilidade de emenda pelos parlamentares
ADI 2583	Possibilidade de emenda pelos parlamentares em projeto de iniciativa extraparlamentar
ADI 875	Constitucionalidade sem pronúncia de nulidade
ADI 3682	Constitucionalidade sem pronúncia de nulidade
ADI 2240	Constitucionalidade sem pronúncia de nulidade

ADI 1802	Reserva de lei complementar em razão de interpretação sistêmica
ADI 4071	Ausência de hierarquia entre lei ordinária e lei complementar

ADPF – ARGUIÇÕES DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

NÚMERO DO PROCESSO	PERTINÊNCIA DA MATERIA COM O PRESENTE TRABALHO
ADPF 132	Interpretação conforme – união homoafetiva
ADPF 43	Impossibilidade da utilização de ADPF para análise do devido processo legislativo
ADPF 45	Possibilidade de controle do veto legislativo por ADPF
ADPF 330	Possibilidade de controle do veto legislativo por ADPF
ADPF 372	Impossibilidade de controle do veto legislativo por ADPF

MI - MANDADOS DE INJUNÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO	PERTINÊNCIA DA MATERIA COM O PRESENTE TRABALHO
MI 712	Aplicação analógica para supressão de omissão legislativa (caso da greve dos servidores públicos)
MI 278	Mora legislativa na regulamentação do Aviso Prévio Proporcional – comunicação ao Congresso Nacional
MI 695	Mora legislativa na regulamentação do Aviso Prévio Proporcional – comunicação ao Congresso Nacional
MI 943	Mora legislativa na regulamentação do Aviso Prévio Proporcional – Decisão aditiva regulamentadora da matéria
MI 721	Possibilidade de proferição de decisões aditivas nos casos de omissão

MS - MANDADOS DE SEGURANÇA

NÚMERO DO PROCESSO	PERTINÊNCIA DA MATERIA COM O PRESENTE TRABALHO
MS 33.694	Impossibilidade de controle jurisdicional do veto legislativo
MS 24.138	Impossibilidade de controle jurisdicional das decisões <i>interna corporis</i> do legislativo
MS 22.503	Impossibilidade de controle jurisdicional das decisões <i>interna corporis</i> do legislativo
MS 22.183	Impossibilidade de controle jurisdicional das decisões <i>interna corporis</i> do legislativo
MS 21.754	Impossibilidade de controle jurisdicional das decisões <i>interna corporis</i> do legislativo
MS 34.530 MC	Possibilidade de controle jurisdicional das decisões <i>interna corporis</i> do legislativo
MS 20.257	Controle jurisdicional do devido processo legislativo – <i>leading case</i>
MS 26.900	Possibilidade de impetração de Mandado de Segurança por parlamentar da outra casa legislativa (processo de cassação do Presidente do Senado Federal)
MSn 35.258	Possibilidade de impetração de Mandado de Segurança por parlamentar da outra casa legislativa (supressão de emenda da Câmara na tramitação de Medida Provisória havida no Senado Federal)

MS 33.193	Vício de iniciativa por falta de requisito substancial no projeto de lei (orçamento da Defensoria Pública)
MS 27.931	Trancamento de pauta por medidas provisórias e a “doutrina Temer”
MS 24.645	Controle preventivo de constitucionalidade do processo legislativo por afronta às limitações materiais de reforma à Constituição
MS 33.193	Prevalência da modalidade de controle concentrado – perda de objeto do MS que visa a preservação do devido processo legislativo na hipótese de promulgação da lei

OUTRAS AÇÕES

NÚMERO DO PROCESSO	PERTINÊNCIA DA MATERIA COM O PRESENTE TRABALHO
Rcl. 4335	Eficácia <i>erga omnes</i> das decisões de controle difuso – crimes hediondos
HC 82.959	Inconstitucionalidade da proibição de progressão de regime em caso de crimes hediondos
Representação de Inconstitucionalidade 432	Controle jurisdicional da superação do veto